



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10717 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

NEOCONSERVADORISMO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS NEOCONSERVADORAS:
UMA METAPESQUISA EM CONSTRUÇÃO

Dulce Mari da Silva Voss - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

NEOCONSERVADORISMO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS NEOCONSERVADORAS: UMA METAPESQUISA EM CONSTRUÇÃO

Resumo Expandido:

Nos tempos sombrios que vivemos de avanço das políticas de cerceamento ao pensamento crítico e à produção científica no Brasil, mais do que nunca, é preciso fortalecer a pesquisa em Educação. Assim que, o propósito deste texto é apresentar um primeiro levantamento das pesquisas e das produções teóricas que tratam o tema neoconservadorismo e políticas neoconservadoras no contexto brasileiro. O estudo refere-se a metapesquisa em construção junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PR) para realização de Pós-Doutorado.

A metapesquisa constitui-se numa metodologia que possibilita aos/às pesquisadores/as de políticas compreender os meandros das pesquisas, as perspectivas teóricas, epistemológicas, ontológicas e éticas que norteiam e movem o pensamento e a ação investigativa. Como explica Mainardes (2021, p.20): a “metapesquisa pode ser definida como **pesquisa sobre pesquisas** ou ainda, pesquisa que busca explicar o **processo de pesquisa** sobre um tema ou de uma área ou campo específico” (grifos do autor).

Entre outras razões, a metapesquisa permite “produzir resultados de pesquisas mais confiáveis e úteis”, “disseminar práticas de pesquisa mais eficientes”, “combater movimentos anti-ciência”, “sintetizar um vasto conjunto de pesquisas”, “direcionar pesquisas futuras”, enfim, objetiva “a avaliação e a melhoria dos métodos e das práticas de pesquisa” (MAINARDES, 2021, p. 21).

Portanto, o trabalho proposto fundamenta-se em pressupostos teórico-epistemológicos

da Abordagem do Ciclo de Políticas (BALL; MAINARDES, 2011). Segundo essa teorização as políticas não são meramente implementadas, mas recontextualizadas, recriadas, materializadas de diferentes formas pela interpretação dada a elas por seus atores, nas formas como as praticam, ou seja, na atuação das políticas: “A teoria da atuação oferece conceitos e elementos mais concretos para a identificação dos processos de interpretação e de tradução dentro de dimensões contextuais objetivas” (MAINARDES, 2018, p. 07).

Nessa perspectiva é preciso estender a interpretação – leitura inicial que busca dar sentido à política, decodificá-la, de um certo modo – à tradução, ou seja, exercer uma ação epistemológica criativa, profunda, em que os conhecimentos produzidos acerca do objeto analisado resultam da ampliação da coerência, consistência e rigor científico.

Segundo Mainardes (2021), um marco decisivo dos novos estudos foi a publicação de Tello (2012) onde são apresentados os três elementos do Enfoque dos Estudos Epistemológicos de Política Educacional (EEPE): (1) perspectiva epistemológica - perspectiva teórica empregada pelo/a pesquisador/a na investigação; (2) posicionamento epistemológico – cada perspectiva assumida implica numa tomada de decisão e numa forma específica de análise, sendo, portanto, uma ação política; e, (3) enfoque epistemológico, o modo como o pesquisador constrói metodologicamente a pesquisa decorre das opções que faz, o que resultará em determinadas análises e conclusões, logo, nenhuma metodologia é neutra, ao definir certa metodologia e não outra, o/a pesquisador/a se fundamenta epistemologicamente numa linha de estudo com a qual se identifica, leva em conta as questões: para quem a política foi pensada? Que projeto de sujeitos, sociedade, mundo, educação produz? Quais as relações de poder por ela provocadas? Decorre daí o entendimento da política como expressa Ball:

[...] um processo social, um processo relacional, um processo temporal, discursivo. É um processo revestido de relações de poder, é um processo político. Uma epistemologia profunda envolver-se-ia com esses tipos de problemas e questões como base para o processo de política de interpretação. Então, em que pressupostos de poder, de subjetividade, de verdade, o analista da política opera? (MAINARDES, 2021, p. 224-225).

A partir da afirmação de Ball, pode-se dizer que uma epistemologia profunda é aquela na qual ocorre a análise ontológica da política, relacionada à identificação das finalidades dessa política. Portanto, a epistemologia profunda refere-se a um processo de produção do conhecimento no qual as visões de mundo do/a pesquisador/a entram em ação e precisam ser desveladas, o que implica num comprometimento ético com o que se elabora, com o que for afirmado através da produção das ciências.

Os estudos realizados por pesquisadores/as brasileiros/as, publicados no decorrer da última década, período em que as investidas neoconservadoras no Brasil se deram de forma mais contundente, indicam a ascensão de governos denominados de “direita” ou “nova direita” como elemento aglutinador de setores religiosos ligados à diferentes correntes protestantes que defendem valores tradicionais, como: patriotismo, familismo, militarismo, antiesquerdismo.

Comumente, o neoconservadorismo teve seu advento nos países europeus e nas Américas, desde as últimas décadas do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, pela ascensão ao poder estatal de governos que defendem valores tradicionais em contraposição às políticas sociais conquistadas pelos movimentos feministas, operários, camponeses, entre outros segmentos.

A assunção de governos neoconservadores tem se dado em escala mundial. Apple (2004) explica que, em linhas gerais, o neoconservadorismo pode ser definido como exaltação ao passado, uma tentativa de voltar aos costumes tradicionais idealizados pela moral nacionalista, burguesa e cristã, expressões de uma certa ordem naturalizada do mundo e da vida social pública e privada, calcada em valores patriarcais, cis heteronormativos, racistas e xenofóbicos.

Os estudos mostram que, no cenário político brasileiro, a expansão do neoconservadorismo acontece com a forte presença de novos atores políticos - os evangélicos. Conforme aponta Burity (2018), os pentecostais, que já representavam metade dos protestantes brasileiros nos anos de 1960 e que se notabilizaram ao levantar a polêmica denúncia de perseguição religiosa e a “ameaça comunista” ao final do regime militar, passaram a aparecer publicamente em meados dos anos de 1980. Após as eleições presidenciais de 2014, a união de lideranças religiosas de diferentes correntes permitiu a formação da chamada bancada evangélica que se moveu entre o Legislativo e o Executivo, mobilizando, desde então, um forte aparato midiático que tem conquistado um número cada vez maior de adeptos e simpatizantes, o que permite a esses atores disseminar discursos conservadores.

Com isso, o neoconservadorismo tem sido instaurado na política nacional e social brasileira por segmentos religiosos, partidos de direita, organizações sociais e indivíduos que defendem, ferrenhamente, a moralidade, a família tradicional e a religião cristã. Toda e qualquer prática política que se desvia desses códigos culturais considerados puros e verdadeiros são rechaçadas, ameaçadas e punidas.

Uma das principais manifestações públicas desses atores políticos é a Marcha para Jesus que acontece desde 1993, na cidade de São Paulo, e reúne a cada ano um número mais elevado de participantes. A exemplo disso, em 2014, ocorreu a 22ª Marcha que contou com um total estimado de 250 mil manifestantes que protestavam a favor do *Impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e, na Marcha de 2015, o número de adeptos aumentou para 340 mil: “A narrativa neopentecostal de guerra contra o mal se encaixava perfeitamente no espírito geral de antipetismo, conduzido na chave do choque moral” (TATAGIBA, 2018, p. 108).

Portanto, o neoconservadorismo é o resultado das movimentações políticas que advogam em defesa da ordem, da autoridade, da normalidade, dos valores tradicionais, do patriotismo, da moral e da família nuclear burguesa e cristã. Discursos que causam fortes

impactos em todas as dimensões da vida pública e privada, inclusive na educação. Governos neoconservadores advogam a favor de maior controle sobre as instituições de Educação Básica e Superior, sobre os currículos e o trabalho docente, de modo a aparelhar a educação aos seus propósitos.

Partindo destas leituras e ideias iniciais, buscou-se constituir o *corpus* da investigação mediante uma busca pelo tema proposto nas produções da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), em razão do relevante e histórica atuação dessa entidade na pesquisa no campo educacional, desde 1978, ao congregar grupos de pesquisa, articular, fomentar e fortalecer os programas de pós-graduação stricto sensu no país e divulgar as produções das comunidades científicas brasileiras e latino-americanas, além de contar com colaborações primordiais de pesquisadores/as de outros países.

O levantamento feito nos anais da 34^o (2011) à 40^o (2021) reunião nacional da ANPED dos trabalhos apresentados e publicados no GT05 – Estado e Política Educacional resultou apenas sete (07) publicações abordam o tema neoconservadorismo(s) e/ou indicam políticas educacionais neoconservadoras (no título, resumo ou palavras-chave): Ensino domiciliar, obrigatoriedade escolar e reconfigurações do direito a educação (LINO; ARRUDA, 2019); Estado democrático em tempo de conservadorismo e suas implicações no ensino brasileiro (SILVA, 2019); Redes de influência na agenda neoliberal e neoconservadora na educação brasileira (SILVA; LIMA; HYPÓLITO, 2019); O processo de (des)institucionalização da educação em direitos humanos no Brasil: da formação para a diversidade à ascensão bolsonarista (CARDOSO, 2021); Neoliberalismo e neoconservadorismo nas políticas educacionais brasileiras: sujeitos em relação (LIMA; PERONI, 2021); Reforma e BNCC do Ensino Médio: considerações de docentes de sociologia de escolas estaduais de Pouso Alegre/MG (REIS, 2021); Escola sem Partido, militarização e *homeschooling*: a agenda neoconservadora para a educação (MACEDO, 2021).

Ao pesquisar também os artigos publicados na revista da ANPED, Revista Brasileira de Educação (RBE), nos números lançados no mesmo período (2011-2021), somente quatro (04) foram encontrados: A reforma do Ensino Médio do governo Temer: corrosão do direito à educação no contexto de crise do capital no Brasil (LIMA; MACIEL, 2018); Escola sem Partido - elementos totalitários em uma democracia moderna: uma reflexão a partir de Arendt (GUILHERME; PICOLI, 2018); Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas (BORGES; BORGES, 2018); O que os professores (não) podem dizer? A experiência canadense e a “Escola sem Partido” (BRITTO, 2019).

Em busca de produções científicas em outros periódicos, optou-se por fazer um levantamento na *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, tendo em vista por ser esta uma publicação editada pela *Red Latinoamericana de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa* (ReLePe), a qual congrega pesquisadores/as dos países latino-americanos precursores do EEPE. Nos números de 2016 a 2021 só foi

encontrado um artigo que trata do tema aqui analisado: Base Nacional Comum Curricular e o canto da sereia da educação normalizante: a articulação neoliberal-neoconservadora e o dever éticoestético da resistência (PICOLI, 2020).

Considerando este levantamento preliminar, é estranho e provocador observar que, à primeira vista, a produção científica referente ao neoconservadorismo parece ser incipiente. O que reforça a importância de abordá-lo e de ampliar os estudos e análises que tenham como foco tal problemática, já que trata-se de um fenômeno político – o(s) neoliberalismos(s) - e de um conjunto de políticas educacionais correlatas que tem assumido uma proporção enorme em todo o mundo e tem causado efeitos danosos à educação.

Cabe compreender as formas pelas quais as políticas neoconservadoras tem fragilizado as políticas sociais, como a educação pública. Entende-se, pois, ser urgente colocar em questão discursos e práticas neoconservadoras que passaram a ocupar um lugar privilegiada na arena de disputas do campo da educação.

Palavras-chave: Metapesquisa; Neoconservadorismo; Políticas Educacionais.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michel. Entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo: educação e conservadorismo em um contexto global. In: BURBULES, Nicholas; TORRES, Carlos Alberto (orgs.). **Globalização e educação: perspectivas críticas**. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 45-57.

BALL, Stephen. Intelectuais ou técnicos. O papel indispensável da teoria nos estudos educacionais. In: BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson. **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 78-99.

BRITTO, Tatiana F. de. O que os professores (não) podem dizer? A experiência canadense e a “Escola sem Partido”. **Revista Brasileira de Educação**, ANPED, v. 23, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wCKT6h85TjmMySCxkh4knkq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09/05/2022.

BURITY, Joanildo. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (orgs). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2018, p. 15-66.

BORGES, Rafaela O.; BORGES, Zulmira N. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. **Revista Brasileira de Educação**, ANPED, v. 23, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/PK43y8kghf9JDty4pftJS4n/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09/05/2022.

CARDOSO, Fernando da S. O processo de (des)institucionalização da educação em direitos

humanos no Brasil: da formação para a diversidade à ascensão bolsonarista. **Anais 40º Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)**, Universidade Federal do Pará, PA, set./out. 2021. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_11_23. Acesso em: 09/05/2022.

GUILHERME, Alexandre A.; PICOLI, Bruno A. Escola sem Partido - elementos totalitários em uma democracia moderna: uma reflexão a partir de Arendt. **Revista Brasileira de Educação**, ANPED, v. 23, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/cVXvMDSmnVHHFs3SF6kTsyB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09/05/2022.

LIMA, Marcelo; MACIEL, Samanta L. A reforma do Ensino Médio do governo Temer: corrosão do direito à educação no contexto de crise do capital no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, ANPED, v. 23, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ypLL3PnTmLQkFfr97q4s3Rf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09/05/2022.

LIMA, Paula V. de; PERONI, Vera Maria V. Neoliberalismo e neoconservadorismo nas políticas educacionais brasileiras: sujeitos em relação. **Anais 40º Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)**, Universidade Federal do Pará, PA, set./out. 2021. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_31_11. Acesso em: 09/05/2022.

LINO, Lucília Augusta; ARRUDA, Maria da Conceição C. Ensino domiciliar, obrigatoriedade escolar e reconfigurações do direito a educação. **Anais 39º Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)**, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, RJ, out. 2019. Disponível em: <http://39.reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/sites/3/trabalhos/5317>. Acesso em: 09/05/2022.

MACEDO, Handerson Fábio F. Escola sem Partido, militarização e *homeschooling*: a agenda neoconservadora para a educação. **Anais 40º Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)**, Universidade Federal do Pará, PA, set./out. 2021. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_1_20. Acesso em: 09/05/2022.

MAINARDES, Jefferson. A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo das políticas educacionais. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba: Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná (NuPE/UFPR), v. 12, n. 16, ago. 2018, p. 01-19. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/59217>. Acesso em: 09/05/2022.

MAINARDES, Jefferson (org). **Metapesquisa no campo da política educacional**. Curitiba: CRV, 2021.

PICOLI, Bruno Antonio. Base Nacional Comum Curricular e o canto da sereia da educação normalizante: a articulação neoliberal-neoconservadora e o dever éticoestético da resistência. *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, v. 5, p. 1-23, 2 abr. 2020.

REIS, Denise Maria. Reforma e BNCC do Ensino Médio: considerações de docentes de sociologia de escolas estaduais de Pouso Alegre/MG. **Anais 40º Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)**, Universidade Federal do Pará, PA, set./out. 2021. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_36_22. Acesso em: 09/05/2022.

SILVA, Solange P. da. Estado democrático em tempo de conservadorismo e suas implicações no ensino brasileiro. **Anais 39º Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)**, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, RJ, out. 2019. Disponível em: <http://39.reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/sites/3/trabalhos/4779>. Acesso em: 09/05/2022.

SILVA; Simone G. da; LIMA; Iana G. de; HYPÓLITO, Álvaro Luiz M. Redes de influência na agenda neoliberal e neoconservadora na educação brasileira. **Anais 39º Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)**, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, RJ, out. 2019. Disponível em: <http://39.reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/sites/3/trabalhos/5084>. Acesso em: 09/05/2022.

TATAGIBA, Luciana. Os protestos e a crise brasileira: um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (orgs). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2018, p. 87-116.

TELLO, César. *Las epistemologías de la política educativa: vigilancia y posicionamiento epistemológico del investigador en política educativa*. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 07, n. 01, p.53-68. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/3376>. Acesso em: 09 de maio de 2022.